

Artigo 2º Revogam-se as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de Orlândia 5 de Dezembro de 1956.

a) Dr Arlindo Morandini

Prefeito Municipal.

Enfim Sôdi Escriturário da
Receita e Despesa, nesta data registrei.

Lei nº 257/56

Dispõe sobre um empréstimo com a Caixa Econômica do Estado de São Paulo, afim de continuar os serviços de água em Orlândia, na importância de cr\$ 1.100.000,00.

Arlindo Morandini, Prefeito Municipal de Orlândia, Estado de São Paulo, usando das atribuições que me são conferidas por lei etc.

Faco saber que a Câmara Municipal decretou, e eu promulgo a seguinte lei;

Artigo 1º- Fica o Prefeito Municipal de Orlândia, autorizado a assinar contrato de empréstimo com a Caixa Econômica do Estado de São Paulo, na importância de cr\$ 1.100.000,00 (Um milhão e um mil cruzados) destinada ao pagamento e con-

clusão das obras dos serviços de água dessa cidade, 15 (quinze) anos de prazo, com resgate em prestações mensais de juros e amortizações pela Tabela Price, vencendo-se a primeira prestação do (trinta) dias após a entrega da última parcela do empréstimo, aos juros de 11% (onze por cento) ao ano, contados desde o recebimento da primeira parcela do empréstimo, sujeitos à majoração de 170 (hum por cento) na falta de pagamento, nos prazos estipulados, das prestações de juros e amortizações do empréstimo, vigorando o aumento durante o período de atraso, ficando expressamente autorizada a inclusão, no contrato que for celebrado, de todas as condições adotadas em operações dessa natureza, e, de modo especial as seguintes:

a) garantia das rendas provenientes das taxas dos serviços de água e das demais rendas do município, inclusive o excesso de arrecadações devido pelo Estado, nos termos do artigo 67 da Constituição do Estado de São Paulo, e 50% (cinquenta por cento) da quota de que trata o artigo 15, § 4º, Item VI, da Constituição Federal, ficando autorizada a Prefeitura Municipal a conferir à Caixa Econômica do Estado de São Paulo em caráter irrevogável, os poderes necessários para o recebimento das contribuições acima referidas, devendo a Caixa

entregar ao município o total das quantias que receber, em o salvo respectivo, na hipótese de atraso no pagamento das prestações do empréstimo;

b) consignações orçamentária de verbas especiais para o pagamento de juros e amortizações do financiamento, que será custeado com as rendas dos próprios serviços, e, subsidiariamente, com as demais rendas municipais;

c) para o efeito da garantia mencionada na alínea "a" parte inicial, serão fixadas taxas mensais que passarão a ser arrecadadas desde que os serviços sejam postos à disposição dos beneficiados, sendo que a taxa média mensal remuneratória dos serviços de abastecimento de água, será regulamentada, por decreto, pelo poder executivo, no máximo até que o serviço seja posto em funcionamento e não será dígo, poderá atingir o valor inferior a ctt. 61,80 (sessenta e um cruzados e oitenta centavos);

d) multa de 10% (dez por cento) sobre o montante do débito, para atender as despesas de execução judicial, no caso de inadimplemento do contrato por qualquer das partes;

Artigo 2º Sera ocorrer as des-

pisas da presente Lei e dos juros do Empréstimo, fica aberto na Contadoria Municipal, um crédito especial de crx. 170.000,00 (cento e setenta mil cruzeiros), devendo o valor da presente crédito ser coberto com a verba orçamentaria de Eventuais.

Artigo 3º Revogam-se as disposições em contrário, entrando esta lei em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Orlândia, 29 de Dezembro de 1.956.

a) Arlindo Morandini

Prefeito Municipal

En Jaime Sondi, Escriturário da Receta e Despesa, nesta data a registrei.

Lei nº 258/56

Altera dispositivos das leis municipais 143 e 144 de 30 de setembro de 1.952, que atualiza a legislação das Tabulas Tributárias e regulamenta o processo de arrecadação do Imposto de Indústrias e Profissões do município de Orlândia.

Eu, Arlindo Morandini, Prefeito Municipal de Orlândia, usando das atribuições que me confere a Lei etc.